

Imprensa católica e civismo: o centenário da independência nas páginas de *A Cruz*

Catholic press and civism: the centenary of independence on the pages of the *A Cruz*

Marcos Amaral Mendes²⁴

RESUMO: O artigo examina a forma pela qual o Centenário da Independência do Brasil foi registrado nas páginas do jornal *A Cruz*, órgão oficial da Arquidiocese de Cuiabá. O texto dialoga com notícias, pastorais, discursos e outros apontamentos para compreender a apropriação da efeméride pela Igreja Católica com vistas a reforçar sua aproximação com o governo republicano e o atributo do catolicismo como elemento basilar da identidade e da unidade nacional. Os resultados demonstram uma efetiva participação da Igreja nas Festas do Centenário e um enaltecimento dos valores cívico-patrióticos nos discursos e ações desencadeados pelo episcopado.

Palavras-Chave: Centenário da Independência do Brasil. Igreja Católica. *A Cruz*.

ABSTRACT: The article examines the way in which the centenary of Brazil's independence was recorded in the pages of the newspaper *A Cruz*, the official organ of the Archdiocese of Cuiabá. The text dialogues with news, pastorals, speeches, and other notes to understand the appropriation of the ephemeris by the Catholic Church with a view to strengthening its approximation with the republican government and the attribute of Catholicism as a basic element of identity and national unity. The results demonstrate effective participation of the Church in the Centenary Celebrations and exaltation of civic-patriotic values in the speeches and actions triggered by the episcopate.

Keywords: Centenary of the Independence of Brazil. Catholic Church. *A Cruz*.

²⁴ Doutor em História e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT). E-mail: markoscuiaba@gmail.com.

Introdução

O ano de 1922 foi emblemático no cenário sociopolítico brasileiro, ao qual se reportam disputas políticas, motins militares e efemérides que tiveram desdobramentos relevantes sobre inúmeros acontecimentos posteriores. Na Presidência da República, em novembro, ocorreu o término do mandato de Epitácio Pessoa e a posse de Arthur Bernardes, que havia sido eleito no mês de março após disputa acirrada com Nilo Peçanha em um movimento de ruptura nas oligarquias políticas. O resultado provocou descontentamento no meio militar e alguns oficiais do Exército, no dia 5 de julho, tentaram impedir a posse de Artur Bernardes e arquitetada a derrubada do governo de Epitácio Pessoa sublevando o Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, desencadeando a primeira das rebeliões tenentistas que marcaram a década de 1920 (FAUSTO, 2006).

O ano também registrou a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB) e do Centro Dom Vital, de orientação católica, que possuíam propostas diferenciadas quanto ao encaminhamento da questão social no Brasil, em ebulição desde a segunda metade da década de 1910 com a organização do movimento operário na luta por direitos e melhores condições de trabalho (MIGUEL, 2016). O espírito de contestação e o desejo de mudança também se manifestaram nas artes plásticas, na música e na literatura. No mês de fevereiro, os modernistas realizaram a Semana de Arte Moderna, marco que assinalou a remodelação da cultura brasileira ao romper com a mera reprodução de padrões europeus (NASCIMENTO, 2015).

Perpassando esses fatos notáveis, o Brasil celebrou o centenário de sua emancipação política. A efeméride não poderia passar em branco e desde 1916 a imprensa vinha insistentemente pressionando o governo federal a realizar uma comemoração em grande pompa, capaz de mostrar ao mundo um país que passava por mudanças econômicas e sociais e desejava se projetar como ator internacional no pós-Primeira Guerra Mundial via Liga das Nações. Nessa diretriz, a realização de uma Exposição Universal no Rio de Janeiro foi a mais ousada de todas as atividades que marcaram as festividades dos 100 anos da soberania nacional (ATLAS..., 2016; FUNDAÇÃO..., 2016).

A Exposição Universal, primeira organizada no mundo após a Grande Guerra, foi aberta na data magna – 7 de setembro de 1922 – e se estendeu até abril de 1923. Em um espaço de 2.500 metros, mais de três milhões de pessoas puderam conhecer 15 pavilhões estrangeiros, 11 pavilhões temáticos representando as principais atividades do país, além de pavilhões de todos os estados brasileiros que ali expuseram seus produtos. Durante a Exposição foi inaugurada a transmissão de rádio no país, com um discurso do presidente Epitácio Pessoa e trechos da ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes (ATLAS..., 2016; FUNDAÇÃO..., 2016).

Nesse contexto, a Igreja Católica, enquanto instituição presente nas mais relevantes etapas de formação da nacionalidade brasileira, não ficou indiferente às comemorações relacionadas ao Centenário da Independência e procurou transformar as festividades em uma ocasião para revitalizar a prática e a presença do catolicismo no país. Desde a Proclamação da República, em 1889, as relações entre Estado e Igreja haviam sofrido modificações substanciais com a extinção do padroado e a implantação de um regime laico, o que levou a tensões, conflitos e afastamentos entre essas duas instâncias. Destituído da prerrogativa de religião oficial, o catolicismo foi, aos poucos, enfraquecendo sua influência política e social no país, posto que o Estado, além de deixar de tutelar a Igreja, assumiu espaços anteriormente ocupados pela instituição.

No início da década de 1920, em perspectiva diferenciada, a Igreja passou a atuar em parceria com o Estado oferecendo suporte às instituições governamentais com vistas a reconquistar privilégios e buscar uma maior inserção política. O governo republicano, por seu turno, também estava interessado em estabelecer aliança com a instituição, pois via na Igreja uma ferramenta que legitimava os poderes públicos e concorria para a manutenção da ordem. O movimento de aproximação foi coordenado por Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, arcebispo do Rio de Janeiro que se tornou líder incontestado do catolicismo brasileiro até sua morte, ocorrida em 1942. O prelado desenvolveu diversas ações destinadas a mobilizar os católicos para assumirem uma atuação mais incisiva no cenário sociopolítico brasileiro de modo a alterar as bases laicas e agnósticas do regime republicano que pretendiam neutralizar o apelo do catolicismo junto da população (BENCOSTTA, 2014; CRUZ, 2008).

Um dos instrumentos utilizados pela instituição para ampliar sua visibilidade na sociedade brasileira foi a fundação de jornais e revistas para fazer frente às transformações pelas quais passava o país, orientando os católicos sobre os mais diversos temas. Embora os primeiros jornais vinculados à Igreja datassem da década de 1830, foi somente a partir da Questão Religiosa (1873-1875) que se articulou um movimento nacional católico na área do jornalismo, o que levou à proliferação de diversos periódicos que seguiam essa orientação. O movimento se expandiu ainda mais após a instalação da República, pois o episcopado brasileiro colocou a chamada “boa imprensa”²⁵ no cerne de suas preocupações e procurou dotar os periódicos de lastro financeiro e administrativo que assegurasse uma circulação expressiva e duradoura (LUSTOSA, 1983).

Na Arquidiocese de Cuiabá, a imprensa católica surgiu durante o episcopado de Dom Carlos Luiz d’Amour (1877-1921). A iniciativa pioneira coube aos salesianos, criadores da revista *O Matto-Grosso* em 1903. O passo seguinte foi o início da circulação, em 1910, do jornal *A Cruz*, cuja fundação foi patrocinada pela Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso. O periódico foi impresso até o ano de 1969, quando chegou à edição de número 2890, sendo um dos jornais de maior longevidade em toda a história de Mato Grosso (OLIVEIRA, 2016). Sua redação foi instalada no Seminário da Conceição e no período aqui analisado (1922-1923) eram estampadas as seguintes informações logo abaixo do título: “*Sêmanario de maior tiragem no Estado de Matto-Grosso*” e “*A grandeza do Brasil pelo Catholicismo*”.

A Cruz se tornou órgão oficial da arquidiocese, instrumento de divulgação e defesa de seus interesses. Nessa esteira, o artigo examina, doravante, os discursos e registros das comemorações relacionados ao Centenário da Independência que foram veiculados em suas páginas nos anos de 1922 e 1923. São cartas pastorais, palestras e notícias que seguiram o mesmo parâmetro das falas do episcopado nacional: a de que o Brasil nasceu e se desenvolveu sustentado nos ensinamentos ditados pela Igreja Católica.

25 Termo utilizado pelo episcopado para diferenciar os jornais católicos daqueles que difamavam o catolicismo, a chamada “má imprensa”.

O discurso sobre o centenário

O episcopado brasileiro aproveitou as comemorações do Centenário da Independência para reforçar sua política de aproximação com o Estado brasileiro, retomar sua influência sociopolítica e reforçar o apanágio do catolicismo como religião nacional. Assim, a alta hierarquia católica publicou, no segundo semestre de 1922, a *Carta pastoral do episcopado brasileiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses por ocasião do Centenario da Independencia* (CARTA..., 1922). Trata-se de documento robusto, contendo 22 capítulos e 129 páginas, publicado na íntegra pela *A Cruz*. Em razão de sua extensão, o texto foi distribuído por 23 edições do jornal entre os meses de dezembro de 1922 a julho de 1923.

Apesar da política de reaproximação com o Estado, a Igreja havia ocupado uma posição secundária nas comemorações oficiais do Centenário da Independência, praticamente limitada ao desfile de Dom Sebastião Leme ao lado do presidente Epitácio Pessoa na abertura das festividades no Rio de Janeiro. Nesse contexto, a pastoral coletiva enfatizou a contribuição da Igreja na formação da nação brasileira, colocando o catolicismo como pedra angular da nacionalidade, como se essa religião fosse parte integrante de um projeto nacional que atravessou diferentes períodos históricos: “Nella procuramos bosquejar, em rapido painel, o que em prol da nossa Patria tem feito até hoje a Igreja e delineamos o que agradecido lhe deve o Brasil” (A CRUZ, 17 dez. 1922, p. 1).

O clero é o protagonista dos fatos expostos e pouco destaque é conferido à atuação dos leigos e das mulheres. A ideia de que o Brasil era um país identificado com o catolicismo perpassa todo o documento e a Igreja é apresentada como instituição que conseguiu se moldar aos diferentes regimes politicamente constituídos. O amor à pátria e o zelo pela religião são colocados no mesmo patamar de importância para as lideranças católicas que auxiliaram na construção da nacionalidade, visto que entendidos como elementos propulsores inseparáveis do desenvolvimento do país.

O documento é iniciado sublinhando que o Brasil nasceu sob o signo da cruz, com as missas celebradas na partida da esquadra de Pedro Álvares Cabral de Lisboa e na tomada de posse das terras descobertas

no dia 1º de maio de 1500. Daí em diante, o texto realiza um panegírico sobre o trabalho do clero na evangelização e defesa dos indígenas; na fundação de colégios, hospitais e asilos; na defesa do território contra invasores estrangeiros, notadamente nas tentativas de ocupação do Rio de Janeiro e do Maranhão pelos franceses, e do Nordeste pelos holandeses; na tomada de parte em expedições que expandiram o território; na ocupação das Minas Gerais; e nos movimentos que culminaram no processo de emancipação política.

As narrativas sobre o período imperial são abertas com a premissa assumida pela pastoral coletiva de que Estado e Igreja eram instituições constituídas para serem umbilicalmente unidas, dada a particularidade de culto oficial determinada pela Constituição de 1824 e complementaridade recíproca a despeito de desempenharem funções em esferas bem delimitadas. Uma gramática discursiva que transitava pelas concepções de religião, nação e pátria e que pode ser sintetizada na máxima: “Quão identificado com a nação viveu sempre o Catholicismo no regimen monarchico!” (A CRUZ, 18 fev. 1823, p. 2). O documento prossegue salientando o papel exercido pelo clero na pacificação do país durante as rebeliões que ocorreram no Primeiro Reinado, nas Regências e no início do Segundo Reinado. Um dos casos exemplificados tem como protagonista Dom José Antônio dos Reis, bispo de Cuiabá que tentou evitar, sem sucesso (ao contrário do que sugere o texto da pastoral), a eclosão da Rusga em 1834:

Expondo-se a perder a vida, D. José Antonio dos Reis, primeiro Bispo de Cuiabá, dirige-se ao quartel a 30 de Maio de 1834 por ocasião do levante da soldadesca, que desenfreada, commetia assassinatos, depredações e outras violencias e consegue conter os amotinados, surdos à lei, sem respeito ao Presidente da Provincia, desobedientes ao commandante da guarnição. (A CRUZ, 18 fev. 1923, p. 2).

No prosseguimento das considerações, a pastoral exalta a regência do padre Feijó; o engajamento de sacerdotes na Guerra do Paraguai e comenta sobre acontecimentos do conflito favoráveis aos brasileiros atribuídos à intervenção divina. Aborda a delicada Questão Religiosa, que abalou o relacionamento entre Estado e Igreja no ocaso do Segundo

Reinado; e destaca a participação da Igreja no movimento abolicionista. Conclui o tópico relacionado ao período imperial esquadrihando a atuação da instituição na monarquia e os problemas decorrentes do padroado. Destaca, entre outros pontos, a criação de prelazias e bispados pela Santa Sé, os obstáculos impostos pelo governo imperial ao ingresso de ordens religiosas no país e à catequese dos indígenas, além das tentativas políticas de se criar uma Igreja Católica nacional desvinculada de Roma (um projeto nesse sentido chegou a ser apresentado pelo deputado Estevam Raphael de Carvalho em sessão legislativa realizada no dia 6 de junho de 1835, sendo rejeitado pelos parlamentares).

O período republicano, como não poderia deixar de ser, é aberto com o exame da implantação de um Estado laico no Brasil e das tentativas do episcopado em recuperar sua influência junto ao poder político, na configuração da ordem social e na condução dos destinos da nação. Assim, o documento salienta a reorganização da estrutura administrativa da instituição no país promovida pelo Vaticano; enfatiza a expansão de sua ação social; a coroação da imagem de Nossa Senhora Aparecida em 1903 por determinação papal (a declaração como padroeira do Brasil só ocorreu em 1931); a elevação do santuário de Aparecida à dignidade de Basílica Menor em 1908; a gradativa melhora nas relações diplomáticas do país com a Santa Sé que levou à transmutação para embaixada da legação brasileira no Vaticano; além de destacar o grande apreço que o pontífice de então, Bento XV, nutria para com o Brasil (um dos casos citados para exemplificar essa estima foi a coroação papal da imagem de Maria Auxiliadora em Cuiabá).

O documento é concluído realizando uma análise dos desafios que a Igreja enfrentava naquele momento histórico: os ataques que sofria da “má imprensa”, a necessidade de se incentivar vocações sacerdotais, o afastamento das famílias da prática religiosa e a supressão do ensino religioso nas escolas públicas. Realiza, então, uma convocatória ao laicato para que assumisse a defesa dos interesses do catolicismo no país, salvaguardando seu domínio na sociedade com vistas a preservar o Brasil como nação católica.

No âmbito da Arquidiocese de Cuiabá, o primeiro documento que procurou mobilizar os católicos para as comemorações do Centenário da Independência foi uma carta pastoral de Dom Aquino Corrêa datada de 26 de abril de 1922, poucos dias após assumir a governança da arquidiocese. A circunscrição eclesiástica estava vacante desde o falecimento de seu titular, Dom Carlos Luiz d'Amour, ocorrido em 9 de julho de 1921. Dom Aquino Corrêa era bispo-auxiliar de Cuiabá, mas exercia, desde 1918, a Presidência de Mato Grosso, cargo que ocupou até 21 de janeiro de 1922. No dia 16 de abril, Domingo da Ressurreição, assumiu a governança da arquidiocese por determinação do papa Bento XV, que o havia nomeado arcebispo em 26 de agosto de 1921 (A CRUZ, 22 jan. 1922, 23 abr. 1922).

Na pastoral em apreço, dirigida aos fiéis da arquidiocese, Dom Aquino, depois de rememorar as manifestações de dedicação e carinho que lhe foram devotadas por ocasião de sua posse no arcebispado, externou o acontecimento que deveria marcar o início de seu episcopado:

Eis porque logo após a nossa primeira Pastoral vos dirigimos novamente a palavra para lembrar-vos um acontecimento extraordinário, de cujos arreboes já se engalana a historia patria, e que não é licito passe despercebido em nossa veneravel Archidiocese.

Queremos alludir, irmãos e filhos muito amados, ao **Centenario da Independencia Nacional**, que ahi vem por perto, em vibrações de aurora, que tudo allumia, tudo vivifica, tudo alegra. (A CRUZ, 14 maio 1922, p. 1, grifos no original).

A argumentação que se segue procura imprimir uma interpretação católica à história nacional. O arcebispo comenta que: “Tres seculos fazia que Deus depaiára ao mundo antigo, para alem do mar tenebroso, o berço predestinado a um grande povo. Este povo cresceu, agigantou-se, mas trazia na frente o estigma infausto da servidão”. Relembra que: “Foi ha cem annos, a 7 de Setembro de 1822, que a liberdade lampejou em nossas terras e no convivio universal das nações surgia mais uma, na gloria de sua independencia politica: a Nação Brasileira”. Para o arcebispo, “Só este facto, na sublime mudez da sua simplicidade, justifica, de per si, os enthusiasmos sadios que o momento historico de nossa vida nacional

vae suscitando, lado a lado, por todas as fibras do colosso brasileiro.” (A CRUZ, 14 maio 1922, p. 1).

Neste trecho, cumpre destacar que Dom Aquino Corrêa, ao lado de Dom Sebastião Leme, foi uma das lideranças católicas que a partir da década de 1920 procuraram atuar junto às elites políticas republicanas com o objetivo de reconstruir as relações da Igreja com o Estado. Por conseguinte, a hierarquia católica passou a aproveitar as datas cívicas para estreitar seus vínculos às esferas do poder político em busca de boas relações com governos e grupos dominantes. Valores cívico-patrióticos, ao lado dos cristãos, passaram a ser exaltados nas pastorais, ações e discursos do episcopado, sendo o catolicismo apresentado como baluarte da identidade e da unidade nacional (BENCOSTTA, 2014).

Referendando esse posicionamento, Dom Aquino atesta que: “[...] o coração dos catholicos cuiabanos não ficará indifferente [ao Centenário da Independência], mas pulsará como sempre no alvoroço do mais sincero patriotismo” para, na sequência, alertar: “O que queremos é que este patriotismo seja verdadeiramente christão”. Para o antiste,

O patriotismo não consiste apenas em palavras, mas antes em bôas obras.

Ser patriota é considerar-se membro desse grande corpo que é a Patria e, como tal, exercer do melhor modo as proprias funcções, cumprindo o dever, em publico como em privado, praticando a solidariiedade natural a todo proximo, concorrendo para o equilibrio da vida nacional, procurando, emfim, com os proprios meos, a honra e felicidade da Patria. (A CRUZ, 14 maio 1922, p. 1).

Um esforço intelectual é realizado, no prosseguimento da pastoral, para demonstrar que o patriotismo cristão busca, em última instância, ter a Pátria Celeste como exemplo e modelo para a Pátria Terrena. Conclama o corpo da arquidiocese a celebrar “christã e condignamente” o primeiro centenário da emancipação política do Brasil, a despeito do “[...] quão escasso o tempo de bem nos aparelharmos para a grande commemoração”. Determina aos párocos, superiores das congregações religiosas, associações e escolas católicas que atendam ao chamado para se engajarem no programa cívico-religioso a ser posteriormente definido

sendo prevista, de antemão, uma Semana de Oração pela Pátria. Esta deveria ter a Eucaristia como centro, visto que constitui sacramento de importância capital na vida cristã. Assim, “[...] a festa centenária seja, entre nós como alhures, uma verdadeira manifestação eucarística ao Senhor das Nações pela prosperidade do Brazil”. (A CRUZ, 14 maio 1922, p. 1).

Para a Festa do Centenário, o arcebispo não se contentava apenas em demonstrar a força social e mobilizadora da Igreja Católica em sua arquidiocese. Era preciso marcar a paisagem da cidade com um signo que traduzisse a força atuante da instituição, externasse seu desejo de se recolocar na arena política nacional, materializasse a dimensão de fé e patriotismo pretendida pelo prelado e expressasse a visibilidade da Igreja Católica para todos, fossem praticantes ou não da religião.

E para que este acto se revista de maior solenidade e se perpetue em monumento digno da fé do patriotismo do povo Cuiabano, é nosso proposito que se effectue **em o Sanctuario de N^a S^a do Bom Despacho** cujas obras de reconstrucção [estão] bem adiantadas, mas infelizmente suspensas há mezes por falta de recursos, já demos providencias no sentido de serem immediatamente recommçadas. (A CRUZ, 14 maio 1922, p. 1, grifos no original).

As obras do templo mencionado, localizadas em um morro, haviam sido iniciadas em 1918 por ordem de Dom Carlos Luiz d’Amour. Estavam sendo executadas no mesmo lugar onde existia a Capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, cuja construção remontava ao ano de 1725, que foi demolida para ceder espaço ao novo santuário. O idealizador do templo foi o frei Ambrósio Daydé, tendo León Joseph Louis Mousnier como construtor. Ambos eram de origem francesa, razão pela qual o projeto arquitetônico se inspirou no gótico daquele país. (MATOS, 1998; MENDES, 2020).

No documento, o arcebispo reitera que durante a cerimônia de posse na arquidiocese havia feito um voto a Nossa Senhora do Bom Despacho de celebrar a Festa do Centenário nas dependências do templo a ela consagrada. Cumpre destacar que a festividade dessa padroeira, no calendário católico, é o dia 8 de setembro, que se segue ao da data magna

nacional, o que não foi esquecido por Dom Aquino: “Oxalá nos fosse dado realizar este grande acto no proprio dia 7 de Setembro proximo, data da Independencia e vigilia da Natividade de Maria Virgem, em que festejamos annualmente a mesma Senhora do Bom Despacho”. (A CRUZ, 14 maio 1922, p. 1).

O antiste, todavia, tinha ciência dos desafios que uma obra arquitetônica de tal envergadura representava para a cidade. Eram muitos os contratempos e as dificuldades que se impunham para concretizar o santuário em curto espaço de tempo, desde a arrecadação de fundos até a aquisição do material de acabamento que foi, em parte, importado da Europa. Essa foi a razão pela qual uma ressalva foi feita na pastoral: “Si, porem, dada a angustia do tempo, não fôr possivel tão suggestiva coincidencia, teremos todo o resto do fluente anno centenario em que esta commemoração calhará ainda perfeitamente” (A CRUZ, 14 maio 1922, p. 1).

O documento é concluído com Dom Aquino pontuando que a obra apresentava entraves financeiros para sua retomada, mas que estava partindo para o Rio de Janeiro com o objetivo de obter recursos para este fim. Realiza um último apelo aos fiéis para obter contribuições associando religião e civismo em uma cidade historicamente identificada com o catolicismo (como de resto era todo o Brasil).

A obra é de religião, mas é também do mais acentuado patriotismo: quem quer que ame a nossa legendaria cidade natal, desejando vel-a sempre mais formosa e garrida, ha de, por força, concorrer para levar adiante esta grandiosa construcção artistica, que virá ornamental-a tão primorosamente, e mais do que simples esperança, já é quasi uma esplendida realidade (A CRUZ, 14 maio 1922, p. 1).

O apelo do arcebispo para transformar uma efeméride cívica em um evento religioso e patriótico a ser celebrado em um templo católico, encontrou ressonância em amplos setores da sociedade cuiabana. Levantamentos arrolados n’*A Cruz* demonstraram que comissões foram constituídas para arrecadação de fundos com a realização de quermesses, saraus e peditórios de esmolas, além de generosas contribuições ofertadas por pessoas de destaque no meio sociopolítico local.

A intelectualidade cuiabana igualmente se mostrou interessada no projeto. Em discurso realizado no Cine Parisien durante sessão cívica comemorativa do Centenário da Independência promovida pelo Instituto Histórico de Matto-Grosso, Centro Matto-Grossense de Letras e Gremio Literario Julia Lopes, o acadêmico Manoel Paes de Oliveira, ao discorrer sobre a contribuição da Igreja Católica na formação da nação brasileira, expressou que:

Outra vez o appello partiu da religião que professo para não deixar morrer o sonho magestoso que se vae erguendo ao gracioso outeiro do Bom Despacho, a visão de um templo encantador a lembrar a grandeza das esplendidas architecturas, inspiradas no ideal religioso, na prodigiosa expansão do genio artistico pelas almas exaltadas no sentimento catholico que, as algemas do feudalismo, da intolerancia e da prepotencia não conseguiram suffocar (A CRUZ, 17 set. 1922, p. 1).

Comungando com os projetos da arquidiocese, catolicismo e nação eram ideias que se mostravam emaranhadas nas páginas d'*A Cruz*, uma sempre evocando a outra. O discurso assumido pelo periódico nunca era isoladamente religioso, mas sempre assentado nas premissas de nação e pátria, manifestações que resultavam em patriotismo e nacionalismo, ambos considerados virtudes nas páginas do periódico. Por tal razão, *A Cruz* apressou-se, na edição seguinte, em cobrir de elogios e conferir um tom otimista e positivo à proposta realizada por Dom Aquino na pastoral.

Neste importante documento a alta autoridade ecclesiastica discorre, com a sua conhecida proficiência e o seu grande patriotismo, acerca da notavel ephemeride que a nossa Patria commemora neste anno – a do centenario da sua existencia autonoma, de sua independencia politica, suggerindo a bellissima idéa de se adoptar como numero commemorativo dessa grande festividade nacional a inauguração do Santuario de N^a S^a do Bom Despacho, cujas obras de construcção estiveram algum tempo paralysadas, achando-se agora novamente em andamento, graças ás providencias por S. Exc. tomadas logo que assumiu o governo da Archidiocese (A CRUZ, 28 maio 1922, p. 1).

O periódico lembrou a necessidade de se acelerar as obras antes da chegada da estação chuvosa, que na climatologia regional inicia-se

em setembro, posto que “[...] as chuvas sucessivas pódem ocasionar o estrago e deterioramento das paredes e arcadas já construídas com grandes sacrifícios”. (A CRUZ, 28 maio 1922, p. 1). O editorial é finalizado nestes termos:

A ocasião é, portanto, imperiosa e urge que o nosso povo não deixe cahir em terreno esteril a palavra do seu Arcebispo: leve cada um o seu quinhão, grande ou pequeno, na medida de suas posses e de sua liberalidade, mas não deixe de auxiliar essa obra patriótica e religiosa que, uma vez terminada, se constituirá o mais bello padrão de gloria para os sentimentos nobres do nosso povo.

Que ainda este anno possamos ouvir a missa commemorativa do centenario da Independencia do Brasil sob as bellas arcadas ogivae do templo de N. Senhora do Bom Despacho [...]. (A CRUZ, 28 maio 1922, p. 1).

A despeito da ampla mobilização de boa parte da cidade, o projeto do arcebispo de celebrar o Centenário da Independência na Igreja do Bom Despacho, ou de inaugurá-la antes de 7 de setembro de 1923, quando as festividades alusivas ao ano centenário seriam encerradas, não se concretizou e a obra chegou inacabada a estes dois marcos temporais. O templo só começou a ser utilizado em setembro de 1924, quando foi coberto, tijolado e concluídas a capela-mor e as duas capelas laterais (COMETTI, 1994). A par disso, *A Cruz* ainda noticiava, em dezembro de 1923, a realização de uma quermesse no Jardim Alencastro, organizada por iniciativa de diversas famílias cuiabanas, em benefício das obras do santuário. (A CRUZ, 9 dez. 1923, p. 1). Curiosamente, a última edição daquele ano foi fechada com um questionamento direto, desafiador e provocativo dirigido aos leitores e assinantes do jornal: “V. Exc. já deu alguma cousa para a reconstrucção da Capella de N^a S^a do Bom Despacho?”. (A CRUZ, 30 dez. 1923, p. 4). Dessa forma, o patriotismo cristão preconizado pelo arcebispo teve que ser externalizado em outros espaços locais no contexto das comemorações do Centenário da Independência. É o que se investiga a seguir.

O registro das comemorações

A indiferença da elite dirigente laica nacional em matéria de religião não constituiu empecilho para que a Igreja Católica procurasse transformar a Festa do Centenário em um evento cívico-religioso, cujos atos concorressem, ou até mesmo suplantassem, os oficiais. Era preciso mostrar às autoridades republicanas sua capacidade mobilizadora e seu caráter de reserva moral que havia sido construído ao longo de quatro séculos de história nacional, elementos que poderiam ser úteis ao Estado, sobretudo em razão da força agregadora e pacificadora exercida pela religião em momentos de crise e descrença. Sob este prisma,

No meio das desilusões e angustias da hora presente, quando nas phosphorencias e aclamações ruidosas das festas civicas, no coração de muitos haja esmorecido a confiança nos destinos da Republica, nós, que temos fé no Deus que ama a Terra de Santa Cruz, e não podemos descrêr dos destinos do Brasil, nós, genuflexos aos pés da Eucharistia, seremos a fé, a adoração, a prece, a reparação, o amor, a alma da Patria. (A CRUZ, 24 set. 1922, p. 1).

Nesse contexto, o Centenário da Independência foi saudado pelos sinos de todas as igrejas e capelas do país, que dobraram festivamente entre a meia-noite e as primeiras horas da madrugada de 7 de setembro de 1922. Em alguns estados, como em São Paulo, o alto clero tomou parte como convidado de honra nas recepções oferecidas por governadores em alusão à efeméride. (A CRUZ, 15 out. 1922, p. 3). Dos registros publicados n'*A Cruz* julgou-se pertinente reproduzir o da sequência a título de exemplificação da visibilidade que a Igreja pretendeu assumir naquele evento histórico:

Foi e continua a ser bellissima a participação da Egreja Catholica nas festas do Centenario. Por toda a parte do immenso Brasil: – hymnos, repiques festivos, preces, conferencias, missas campaes, solennes ‘Te Deum’ e mil outras manifestações confirmadoras do seu entranhado amor á querida e incomparavel Patria Brasileira. Não houve um recanto, por modesto que seja em que não haja ella expandido o seu jubilo intenso e carinhoso na glorificação da amada ‘Terra de Santa Cruz’. É que o Brasil nasceu em seus braços maternas e foi

por ella com dedicado amor, formada e engrandecida. Demais é na sua escola de ‘columna da verdade’ que se aprende o verdadeiro patriotismo. (A CRUZ, 15 out. 1922, p. 2).

O evento de maior ressonância patrocinado pela Igreja foi a realização, sob a batuta de Dom Sebastião Leme, de um Congresso Eucarístico no Rio de Janeiro entre os dias 28 e 30 de setembro. Essa data foi estrategicamente escolhida, pois no final daquele mês as comemorações oficiais nos estados já teriam sido postas a termo, enquanto na capital federal a Exposição Universal estaria em seus momentos iniciais e as delegações estrangeiras ainda se fariam presentes. Isso facilitaria os deslocamentos dos bispos e dos representantes diocesanos para o Rio de Janeiro, transformando o Congresso Eucarístico em um acontecimento nacional amplamente pautado na imprensa e na opinião pública, visibilidade que permitiria ao episcopado reivindicar junto aos poderes republicanos uma atuação mais efetiva nos destinos da nação. (A CRUZ, 24 set. 1922, p. 1).

De fato, uma enorme multidão de fiéis, prelados, intelectuais e políticos acorreu ao Congresso Eucarístico, transformando a celebração católica em espetáculo de rua, “uma estupenda manifestação de fé e patriotismo”. Os discursos exaltaram o papel exercido pela Igreja na construção da identidade nacional e a importância do catolicismo como símbolo de união entre os brasileiros, “[...] que desde o descobrimento até aos mais recentes lances da sua História, acompanhou e animou a inteira vida de nossa Patria”. (A CRUZ, 12 nov. 1922, p. 1). Além do envio de delegados, as dioceses se uniram ao Congresso Eucarístico do Rio de Janeiro através de tríduos eucarísticos celebrados nas paróquias. Em Cuiabá, o governo do arcebispado elaborou o programa do tríduo convocando fiéis e associações religiosas para acorrerem às igrejas e capelas de São Gonçalo, do Bom Despacho, do Asilo Santa Rita, da Catedral e de Nossa Senhora do Rosário entre os dias 28 de setembro e 1º de outubro para adorar Jesus Sacramentado exposto nos altares. (A CRUZ, 24 set. 1922, p. 1).

O programa das comemorações oficiais e populares do Centenário da Independência na capital de Mato Grosso foi publicado na edição de

3 de setembro d'*A Cruz*. Nele estavam previstos os seguintes eventos da “[...] gloriosa ephemeride nacional que nesse dia todo o nosso paiz festejará em justas e entusiasticas expansões de regosijo popular”:

1. Sessão do Instituto Historico de Matto-Grosso no Palácio da Instrução, às 9h00, para inauguração do retrato de Augusto Leverger com laudatório de Estevão de Mendonça, seguida da sessão de posse da diretoria do Centro Matto-Grossense de Letras eleita para o biênio 1922-1923;
2. Recepção oficial no Palácio do Governo, às 14h00, oferecida pelo Presidente do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, em alusão à grande data nacional;
3. Abertura do campeonato de 1922 da Liga Matto-Grossense de Sports Athleticos, às 15h00, com participação dos três clubes associados²⁶;
4. Retreta no Jardim Alencastro, às 17h00, executada pelas bandas do 16º Batalhão de Caçadores e da Polícia com participação de coros escolares²⁷;
5. Exibição na Praça da República, a partir das 20h00, de filmes cinematográficos;
6. Sessão solene conjunta do Instituto Historico de Matto-Grosso, do Centro Matto-Grossense de Letras e do Gremio Literario Julia Lopes, às 20h00, no Cine Parisien com discurso de Manoel Paes de Oliveira e sarau lítero-musical;
7. 7) Desfile noturno (*marche aux flambeaux*) das forças federal e estadual pelas principais ruas da cidade²⁸ (A CRUZ, 3 set. 1922, p. 1).

26 O evento teve lugar na Praça Luís de Albuquerque, sendo bastante concorrido conforme registrou folha concorrente d'*A Cruz*. A primeira partida foi disputada entre o Tiradentes e o Commercial, com vitória do último por 2x0, enquanto na segunda defrontaram-se o Commercial e o Tupi, que venceu por 3x0. Na ocasião, o intendente de Cuiabá entregou à Liga Matto-Grossense dos Sports Athleticos a Taça Municipal que estava sendo disputada pelos três clubes (O-JORNAL, 16 set. 1922, p. 2).

27 Foram executados os hinos Nacional, da Bandeira, da República e da Independência, além de peças clássicas e trechos de óperas e sinfonias (O-JORNAL, 16 set. 1922, p. 2-3).

28 *Marche aux flambeaux* é uma marcha militar que, ao som de música, percorre os logradouros públicos. O desfile referido saiu da praça da República e dela tomaram parte militares, associações esportivas e operárias e enorme massa popular que entoou hinos e canções patrióticas (O-JORNAL, 16 set. 1922, p. 3).

Na edição seguinte, de 10 de setembro, o periódico, ao realizar o registro dos festejos, salientou que: “Vibrou de entusiasmo a alma cuiabana na data gloriosa do centenario da independencia da nossa Patria”. Não obstante, o jornal, ao que parece, reclamava a operacionalização de um programa com a pompa que a circunstância, a seu ver, requeria, pois emendou que: “Apezar de pouco se esperar do que se pudesse fazer para se festejar condignamente em nossa capital o 1º Centenario da nossa independencia, foi cheio de festividade aquelle dia”. (A CRUZ, 10 set. 1922, p. 1). Uma opinião bem diferente da gazeta concorrente que, ao encerrar suas notas sobre as festividades em Cuiabá, manifestou o seguinte:

Aqui deixamos as nossas congratulações ao povo e ao governo pela fôrma brilhante com que saudamos e festejamos a data gloriosa do primeiro centenario da nossa independencia, provando assim o nosso entranhado amôr patriotico e elevada educação civica, bem compreendendo o valor extraordinario da immortal data. (O MATTO-GROSSO, 10 set. 1922, p. 1).

No prosseguimento do registro, *A Cruz*, além de confirmar a realização dos eventos anteriormente anunciados, destacou que:

Desde alta madrugada foi a nossa população despertada pelos vivas do operariado que tendo-se adherido àquelles festejos organizou uma passeata pelas principaes ruas da nossa capital; seguiram-se os toques de alvorada, alegres repiques de sino, hasteamento da bandeira nos quartéis, cerimonia do juramento á bandeira no 16. batalhão, seguindo-se disputado match entre os teams do Patria Foot-ball Club, no largo do Arsenal. (A CRUZ, 10 set. 1922, p. 1).

Neste entrecho, cumpre destacar que no início da década de 1920 a cena cultural brasileira assistia à emergência de um grupo de intelectuais que assumiram a filiação católica como traço importante da identidade dos seus trabalhos. Muitos desses intelectuais pertenciam à elite letrada e exerciam a profissão de jornalista, estando inseridos nas estruturas do poder político republicano. O episcopado aproveitou a emergência desse movimento, consubstanciado na fundação do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*, para revitalizar o ideário cristão entre as elites, bem

como expandir sua ortodoxia entre os demais grupos que compunham a sociedade (MIGUEL, 2016).

Na Arquidiocese de Cuiabá, as instituições culturais existentes, a despeito de seu caráter laico, eram umbilicalmente vinculadas e estimuladas pela Igreja local, pois muitos de seus membros se assumiam como católicos militantes. Não é outro o motivo pelo qual *A Cruz*, ao noticiar os eventos comemorativos do Centenário da Independência, não poupou loas à sessão solene realizada pelas instituições culturais da cidade no Cine Parisien, destacando que: “[...] a maior festividade do dia, aquella em que se concretisaram todos os sentimentos do povo cuiabano, foi a grande sessão civica realizada á noite, no Cine, e promovida pelo Instituto Historico, Centro de Letras e Gremio Julia Lopes”. O periódico ainda apresentou uma ressalva nestes termos: “Por absoluta falta de espaço e de tempo não nos foi possivel publicar neste numero o discurso official proferido nessa ocasião pelo nosso eminente conterraneo Dr. Manoel Paes de Oliveira [...]”, que foi definido pelo redator como uma “extraordinaria oração que poderia ser ouvida pelos mais exigentes auditorios de qualquer parte do Brasil”. (A CRUZ, 10 set. 1922, p. 1).

A edição seguinte reproduziu, em sua íntegra, o discurso proferido pelo intelectual. O teor do documento revela um discurso longo (ocupou 1/3 das quatro páginas do jornal, ou quase 9 colunas) que tocou em personagens e acontecimentos que concorreram para a emancipação política do Brasil. Dentre os citados e comentados estão: Filipe dos Santos e a Revolta de Vila Rica, Joaquim José da Silva Xavier e a Inconfidência Mineira, José Bonifácio de Andrada e Silva (e seus irmãos), Hipólito da Costa, José Clemente Pereira, Joaquim Gonçalves Ledo, frei Francisco Sampaio e Januário da Cunha Barbosa. Ao término da reprodução, a folha católica ainda observou, entre parênteses, que: “As ultimas palavras do eloquente orador [“Viva a liberdade!”] foram cobertas de vivas e applausos calorosos do enorme e brilhante auditório”. (A CRUZ, 17 set. 1922, p. 1-2).

Um último ponto a ser observado nas reflexões até aqui desenvolvidas é o de que Mato Grosso adentrou na década de 1920 experimentando transformações no modo como as elites políticas se organizavam para

exercer e controlar o poder de mando no Estado. A eleição de Dom Aquino Corrêa, em 1918, colocou um ponto final nos movimentos armados arquitetados pelas facções coronelistas que anteriormente mobilizavam milhares de homens para a derrubada de grupos políticos que estavam no poder, as chamadas “revoluções”, ou para a reconquista de posições anteriormente ocupadas no mando político estadual, as “contrarrevoluções”. Todavia, o interior do Estado ainda continuou sendo assolado por bandos armados, não raro constituídos pelas próprias forças policiais, que destruíam lares e cometiam estupros, incêndios, torturas e diversos outros tipos de violência. Costumeiramente a imprensa da época, incluindo *A Cruz*, denunciava em letras garrafais tais desmandos reclamando das autoridades constituídas ações enérgicas para o seu combate.

Os bandos encontravam no interior do Estado um cenário que lhes favorecia, dado as longas distâncias que separavam as localidades, as dificuldades de acesso e a força repressora diminuta ali existente. Todavia, a violência praticada pelo corpo policial causava ainda mais agonia nas populações que viviam nos sertões, posto que representantes oficiais da lei e da ordem que desrespeitavam. É nesse contexto que findo as comemorações cívico-religiosas do Centenário da Independência, a folha católica em apreço denunciou que:

Saques, incêndios, morticínios, correrias, prantos lancinantes, gemidos, eis ahí como representou Matto-Grosso nos festejos do centenario da independencia politica do Brazil!

Emquanto em outros Estados da Federação brasileira procuraram os poderes publicos incentivar a lavoura, base da riqueza nacional, em Matto-Grosso assistimos o doloroso espetaculo da sua destruição. (A CRUZ, 12 nov. 1922, p. 1).

A denúncia constava em um artigo assinado por Feliciano Galdino e intitulado *O Centenario em Mato Grosso: dolorosa tragedia em Rosario Oeste: uma povoação reduzida a cinzas*. Narra o jornalista citado que uma força policial composta por 10 praças havia saído de Cuiabá com o objetivo de prender um lavrador residente nas proximidades do rio Mutum. Essa força policial, depois de incorporar um grupo de paisanos, cometeu diversas arbitrariedades na zona rural daquele município. Dentre os delitos

arrolados pelo jornalista estavam o saque e incêndio de 14 casas, assassinato de lavradores, espancamento de mulheres e o estupro de duas meninas. Tudo isso porque “Informados de que o lavrador que pretendiam elles capturar era um homem reconhecidamente valente etc., e temendo um encontro com elle apezar de se achar só, sobre todas as casas que de longe avistavam cerravam vivo fogo e depois que se aproximavam saqueavam-nas e as incendiavam”. (A CRUZ, 12 nov. 1922, p. 1).

No mesmo artigo, o jornalista recordou que alguns dias antes uma outra força policial havia agido com a mesma brutalidade na “[...] pacífica zona de Mata Cavallos que foi como preludio da infernal orchestra que devia executar em Rosario Oeste, durante os festejos do nosso centenario [...]”. Na redação do artigo:

Em Livramento, a zona de maior produção agricola, fornecedora do mercado da Capital, foi anniquilada a lavoura pelas autoridades policiaes e apaniguados do governo por se terem os lavradores recusado a proposta de abandonarem suas propriedades para se recolherem ás roças daquelles tyrannetes, e logo depois foi igualmente destruida a lavoura do Mutum, em Rosario Oeste, por uma outra força fornecida pelo governo á requisição de Manoel do Couto por parte de sua gente, porque outra occupação não tendo aquelle snr. Couto, senão fazer rapinagem, pretendeu cessar a bala as reclamações dos pobres prejudicados. (A CRUZ, 12 nov. 1922, p. 1).

Como se vê, o Centenário da Independência em Mato Grosso não foi pontuado apenas por festas harmônicas que exaltavam o grande acontecimento nacional. Em diversas localidades do Estado, o cotidiano da população ainda continuava permeado por saques, roubos, assassinatos e medo, razão pela qual o artigo foi concluído com estas palavras nada esperançosas: “Triste, tristissima situação! Pobre Estado que rola para o abysmo!”. (A CRUZ, 12 nov. 1922, p. 1).

Considerações finais

A Igreja Católica participou ativamente das comemorações do Centenário da Independência em 1922, ocasião em que colocou à disposição do Estado sua força mobilizadora e seu patrimônio simbólico representado na missão que desempenhou na consolidação da união e da identidade nacional e no respeito que seus fiéis nutriam aos poderes legitimamente constituídos. As festas cívicas representavam ocasiões em que a hierarquia católica manifestava interesse em estreitar relações com os governos republicanos, abaladas desde a implantação do Estado laico no Brasil em 1889.

Consustancial a essa realidade, os valores cívicos, nos discursos e nas pastorais, passaram a ser colocados no mesmo patamar de importância dos valores cristãos e a Igreja se tornou grande promotora do patriotismo no país. O verdadeiro brasileiro era, antes de tudo, um católico temente a Deus, cumpridor da ortodoxia e obediente à hierarquia eclesiástica e civil.

Percebeu-se, nas páginas d'*A Cruz*, que os discursos e ações do episcopado voltaram-se para a representação de um Brasil essencialmente católico, religião que compartilhava com o Estado valores, ideais e inimigos comuns. A descrição que o periódico realizou das Festas do Centenário atesta o esforço da hierarquia eclesiástica em preservar o Brasil como nação católica por meio de uma relação com o aparato estatal que lhe permitisse interferir em suas estruturas e na formulação de políticas públicas. Era preciso externar às autoridades laicas que a Igreja não era apenas a espinha dorsal da nacionalidade, mas uma instituição de vital importância para assegurar a estabilidade do regime republicano, em crise durante toda a década de 1920.

Na Arquidiocese de Cuiabá, a Igreja Católica igualmente procurou se colocar em posição de grande visibilidade nas Festas do Centenário. Para isso, *A Cruz* se constituiu no principal instrumento de propagação do patriotismo cristão defendido pelo arcebispo Dom Aquino Corrêa. Em suas páginas, os jornalistas católicos, muito deles vinculados ao meio cultural, conferiram visibilidade à atuação do arcebispado na defesa dos

valores cristãos, cívicos e patrióticos e na parceria que a Igreja ofereceu ao Estado durante as Festas do Centenário. Um esforço que se articulava ao projeto eclesiástico nacional, do qual Dom Aquino Corrêa era um dos maiores representantes, de retomada do poderio espiritual católico através da sacralização do poder civil republicano.

Referências

- A CRUZ. 1922-1923. Acervo digital da Biblioteca Nacional.
- ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL. *Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/exposicao-internacional-do-centenario-da-independencia-do-brasil>. Acesso em: 4 out. 2021.
- BENCOSTTA, Marcus Levy. Cultura cívico-escolar católica e desfiles patrióticos no Brasil do início do século XX. *Varia historia*, Belo Horizonte, v. 30, n. 53, p. 391-403, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/gmdRjcfKHBmhWKRn3GSSgWx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 out. 2021.
- CARTA pastoral do episcopado brasileiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses por ocasião do Centenário da Independência. Rio de Janeiro: Papelaria e Tipografia Marques, Araújo e Cia., 1922.
- COMETTI, Pedro. *Dom Aquino Corrêa, arcebispo de Cuiabá: vida e obra*. Brasília: Senado Federal, 1994.
- CRUZ, André Silvério da. O pensamento católico à procura de lugar na Primeira República brasileira. In: ALBUQUERQUE, Eduardo Basto (org.). *Anais do X Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões – “Migrações e Imigrações das Religiões”*. Assis, ABHR: 2008.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2006.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Exposição universal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenarioIndependencia/ExposicaoUniversalRJ>. Acesso em: 4 out. 2021.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo: Loyola, 1983.
- MATOS, Alex de. *A Igreja do Bom Despacho: arquitetura e simbolismo*. Cuiabá: Grafite, 1998.
- MENDES, Marcos Amaral. *Entre irmandades e jesuítas: história da Igreja do Rosário em Cuiabá-MT (1750-1981)*. Curitiba: Appris, 2020.

MIGUEL, Bruna Aparecida da Silva. *Os intelectuais leigos e o Centro Dom Vital: à luz das publicações da revista A Ordem*. (Dissertação) – Mestrado em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/875>. Acesso em: 4 out. 2021.

NASCIMENTO, Evando. A Semana de Arte Moderna de 1922 e o modernismo brasileiro: atualização cultural e “primitivismo” artístico. *Gragoatá*, Niterói, n. 39, p. 376-391, 2. sem. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33354>. Acesso em: 4 out. 2021.

O-JORNAL. 16 set. 1922. Acervo digital da Biblioteca Nacional.

OLIVEIRA, Daniel Freitas de. *O jornal A Cruz: imprensa católica e discurso ultramontano na arquidiocese de Cuiabá (1910-1924)*. (Dissertação) – Mestrado em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016. Disponível em: https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Daniel_Oliveira.pdf. Acesso em: 4 out. 2021.

O MATTO-GROSSO. 10 set. 1922. Acervo digital da Biblioteca Nacional.